

cadernos

IHU

ideias

Convivialidade e decrescimento

Serge Latouche



Os *Cadernos IHU ideias* apresentam artigos produzidos pelos convidados-palestrantes dos eventos promovidos pelo IHU. A diversidade dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é um dado a ser destacado nesta publicação, além de seu caráter científico e de agradável leitura.

cadernos **IHU** ideias

Convivialidade e decrescimento

Serge Latouche

ano 10 • nº 166 • 2012 • ISSN 1679-0316

 UNISINOS

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS 

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor

Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor

José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor

Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo

Jacinto Aloisio Schneider

Cadernos IHU ideias

Ano 10 – Nº 166 – 2012

ISSN: 1679-0316

Editor

Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial

Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta – Unisinos

Prof. MS Gilberto Antônio Faggion – Unisinos

Dr. Marcelo Leandro dos Santos – Unisinos

Profa. Dra. Marilene Maia – Unisinos

Dra. Susana Rocca – Unisinos

Conselho científico

Prof. Dr. Adriano Naves de Brito – Unisinos – Doutor em Filosofia

Profa. Dra. Angélica Massuquetti – Unisinos – Doutora em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade

Prof. Dr. Antônio Flávio Pierucci – USP – Livre-docente em Sociologia

Profa. Dra. Berenice Corsetti – Unisinos – Doutora em Educação

Prof. Dr. Gentil Corazza – UFRGS – Doutor em Economia

Profa. Dra. Stela Nazareth Meneghel – UERGS – Doutora em Medicina

Profa. Dra. Suzana Kilpp – Unisinos – Doutora em Comunicação

Responsável técnico

Marcelo Leandro dos Santos

Tradução

Vanise Dresch

Revisão

Isaque Gomes Correa

Editoração

Rafael Tarcísio Forneck

Impressão

Impressos Portão

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Instituto Humanitas Unisinos – IHU

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.35908223 – Fax: 51.35908467

www.ihu.unisinos.br

CONVIVALIDADE E DECRESCIMENTO

Serge Latouche

*É rico aquele que sabe que
possui o suficiente.*

Lao Tse

1 Introdução

O programa da sociedade de crescimento não é outro se não o da modernidade, ou seja, a maior felicidade para o maior número. Ele foi formulado quase simultaneamente por toda uma série de pensadores da Europa iluminista, de Cesare Beccaria a Jeremy Bentham. Com efeito, como assinala o filósofo e teólogo protestante Jacques Ellul nos anos 1970: “A ideologia da felicidade exige um crescimento de consumo de bem-estar, criando o terreno favorável para a eclosão de novas necessidades. [...] Mas quanto mais aumenta o consumo, mais a ideologia da felicidade deve ser poderosa para preencher o vazio do absurdo do ciclo iniciado. A via de acesso à felicidade é a do bem-estar, e somente a dele”.¹ Ora, estamos assistindo à falência dessa felicidade quantificada e, portanto, ao desmoronamento de um dos pilares imaginários da sociedade ocidental hoje globalizada. Outras concepções da felicidade podem ser buscadas aqui ou ali, mas sem pôr em xeque os fundamentos da sociedade de crescimento e sem inventar uma sociedade de abundância frugal, não há chance alguma de se consumarem.

2 A falência da maior felicidade quantificada

Para conceber e construir uma sociedade de abundância frugal e uma nova forma de felicidade, é preciso desconstruir a ideologia da felicidade quantificada da modernidade. Em outras

¹ Jacques Ellul, *Métamorphose du bourgeois*, La table ronde, Paris 1998, p. 93. Para ter certeza de ser bem compreendido, o autor acrescenta: “A felicidade é o valor ideológico do bem-estar. Ela é a sua forma, a sua glória e a sua legitimação. Mas sem bem-estar, a felicidade, para o homem realista desse tempo, não passa de mentira e derrisão” (idem, *ibidem*, p. 94).

palavras, para descolonizar o imaginário do PIB *per capita*, é preciso entender como ele foi adotado.

2.1 Da felicidade ao PIB

Quando Saint-Just declara que a felicidade é uma ideia nova na Europa durante a Revolução Francesa, deve-se entender que, diferentemente da beatitude celeste e da fortuna pública, trata-se de um bem-estar material e individual, prelúdio do PIB *per capita* dos economistas. De fato, nesse sentido trata-se justamente de uma nova ideia que emerge por toda parte na Europa, mas principalmente na Inglaterra (*happyness*) e na França. A Declaração de Independência, em 4 de julho de 1776, dos Estados Unidos da América, país onde, num terreno pretensamente virgem, se realiza o ideal do Iluminismo, proclama como objetivo: “A vida, a liberdade e a busca da felicidade”. Na França, a Declaração dos Direitos do Homem, na Constituição de 1793, é ainda mais explícita: “O objetivo da sociedade é a felicidade comum”.

Na passagem da felicidade ao PIB *per capita*, efetua-se uma tripla redução: 1) a felicidade terrestre é assimilada ao bem-estar material, sendo a matéria concebida na acepção física do termo; 2) o bem-estar material é reduzido ao bem-possuir estatístico, isto é, à quantidade de bens e serviços comerciais adquiridos, produzidos e consumidos; 3) a avaliação da soma dos bens e serviços é calculada de forma bruta, ou seja, sem considerar a perda do patrimônio natural e artificial necessário à sua produção.

O primeiro ponto está explícito no debate entre Thomas Robert Malthus e Jean-Baptiste Say. Malthus começa por expressar sua perplexidade: “Se o esforço que fazemos para cantar uma canção é um trabalho produtivo, por que os esforços feitos para tornar uma conversa divertida e instrutiva e que ofereçam seguramente um resultado bem mais interessante seriam excluídos do número das produções atuais? Por que não se incluiriam aí os esforços que temos de fazer para resolver nossas paixões e para nos tornarmos obedientes a todas as leis divinas e humanas, que são incontestavelmente os mais preciosos dos bens? Por que, em suma, excluiríamos qualquer ação que tenha por objetivo obter o prazer ou evitar a dor, seja no presente, seja no futuro?” Certamente, mas então ele mesmo observa que isso leva diretamente à autodestruição da economia como campo específico. “É verdade que se poderiam compreender dessa maneira – observa ele com muita pertinência – todas as atividades da espécie humana durante todos os instantes da vida”.² Por fim, Malthus adere ao ponto de vista redutor de Say: “Se quisermos, portanto, como Say, fazer da economia política uma ciência positiva baseada na experiência e capaz de obter resultados precisos, é necessário tomar o maior cuidado pa-

2 Thomas Robert Malthus, *Principes d'économie politique*, Arthaud, Paris 1820, p. 28.

ra abranger, na definição do termo principal que ela emprega (trata-se da riqueza), somente os objetos cujo aumento e cuja diminuição possam ser avaliados; e a linha a ser traçada mais natural e mais útil é claramente aquela que separa os objetos materiais dos objetos imateriais”.³

Em concordância com Jean-Baptiste Say, que define assim a felicidade pelo consumo, Jan Tinbergen propôs rebatizar o PNB pura e simplesmente por FNB (Felicidade Nacional Bruta).⁴ Essa pretensão arrogante do economista holandês não passa, na verdade, de um retorno às fontes. Já que a felicidade se materializa em bem-estar, versão eufemística do “bem-possuir”, toda e qualquer tentativa de encontrar outros indicadores da riqueza e da felicidade seria vã. O PIB é a felicidade quantificada.

Sendo assim, depois de dois séculos de crescimento com uma multiplicação colossal da produção, deveríamos então nadar na felicidade. No entanto, não é o que acontece. Por certo, como lembra judiciosamente Jean Gadrey, os responsáveis pela contabilidade nacional, quando são atacados acerca desse ponto, declaram que “o PIB e o crescimento não medem o bem-estar, pois não são feitos para isso”.⁵ Só que se o público se engana é porque tudo é feito para que isso aconteça. Dos políticos às mídias, nos jogos olímpicos do crescimento, o ranking dos PIB *per capita* é apresentado como o resultado da corrida mundial ao bem-estar ou mesmo à felicidade. A confusão é ainda mais fácil porque o PIB *per capita* está estreitamente ligado, tanto no imaginário como nos fatos, ao padrão de vida e ao nível salarial. Fomos “formatados” para ver nele a medida de nosso bem-estar, posto que este estaria diretamente proporcional ao nosso consumo de mercadorias. Como afirma de maneira reveladora Jean Fourastié: “o padrão de vida é calculado pela quantidade de bens e serviços que a renda nacional média permite comprar”.⁶

2.2 Do sonho de Adam Smith ao pesadelo de Darwin⁷

É fácil refutar essa pretensão de assimilar a felicidade ao PIB *per capita* e mostrar que o Produto Interno ou Nacional calcula tão somente a “riqueza” mercantil e aquela que lhe está associada. Estão excluídas do PIB as transações alheias ao mercado (tarefas domésticas, voluntariado, trabalho ilegal), enquanto as despesas de “reparação” (como os tratamentos de

3 Thomas Robert Malthus, *Principes d'économie politique*, ed Calmann-Levy, 1969, p. 13.

4 Jan Tinbergen, *Politique économique et optimum social*, Economica, Paris, 1972.

5 Jean Gadrey, De la critique de la croissance à l'hypothèse de la décroissance, Croissance et innovation, Cahiers français, n. 323. Retomado em Gadrey Jean et Florence Jany-Catrice, *Les nouveaux indicateurs de richesse*. La découverte/Repères 2005.

6 Jean Fourastié, verbete “Niveau de vie” no *Dictionnaire des sciences économiques*, de Jean Romoëuf, PUF, Paris 1958, p. 800.

7 Alusão a um filme conhecido nos meios alternativos que denuncia os danos da globalização.

saúde ou os gastos com previdência) são contabilizadas positivamente e os danos gerados (externalidades negativas) não são deduzidos, tampouco a perda do patrimônio natural. Como observam Gadrey e Jany-Catrice, “o PIB é, portanto – ponto essencial –, um fluxo de riqueza puramente mercantil e monetária. Quanto ao crescimento, este é a progressão do PIB, isto é, a progressão do volume de todos os bens e serviços que se vendem ou têm um custo monetário, *produzidos pelo trabalho remunerado*”.⁸ Em outras palavras, “tudo o que pode ser vendido e agrega valor monetário vai inflar o PIB e o crescimento, independentemente do fato de aumentar ou não o bem-estar individual e coletivo. [...] Muitas atividades e recursos que contribuem para o bem-estar não são contabilizadas, simplesmente porque não são comerciais ou por não terem custo monetário direto de produção”.⁹ Diz-se ainda que o PIB calcula os *outputs* ou a produção, não os *outcomes* ou os resultados.

Cabe lembrar o belíssimo discurso de Robert Kennedy (escrito provavelmente por John Kenneth Galbraith) proferido alguns dias antes de seu assassinato: “Nosso PIB [...] inclui também a poluição do ar, a publicidade para os cigarros e as corridas das ambulâncias que recolhem os feridos nas estradas. Inclui a destruição de nossas florestas e a destruição da natureza. Inclui o napalm e o custo do armazenamento dos resíduos radioativos. Em contrapartida, o PIB não leva em conta a saúde de nossos filhos, a qualidade de sua instrução, a alegria de suas brincadeiras, a beleza de nossa poesia ou a solidez de nossos casamentos. Não leva em consideração nossa coragem, nossa integridade, nossa inteligência, nossa sabedoria. Ele calcula tudo, exceto aquilo que faz com que a vida valha a pena ser vivida”.¹⁰

A sociedade econômica de crescimento e bem-estar não alcança o objetivo proclamado pela modernidade, aquele da maior felicidade para o maior número. É o que constatamos com todas as evidências. “No século XIX – observa Jacques Ellul –, a felicidade está essencialmente ligada ao bem-estar, obtido graças a meios mecânicos, industriais, e graças à produção. [...] Essa imagem da felicidade nos fez passar à sociedade de consumo. Agora que passamos pela experiência de que o consumo não traz felicidade, atravessamos uma crise de valores”.¹¹ Porque, na redução economicista, como observa Arnaud Berthoud, “tudo o que faz a alegria de viver em grupo e todos os prazeres do espetáculo social em que cada um se mostra aos

8 Gadrey; Jany-Catrice, op. cit, p. 17.

9 Idem, ibidem p. 18.

10 Citado por Derek Rasmussen: “Valeurs monétisées et valeurs non monétisables” (título original “The Priced versus the priceless”), *Interculture* n. 147, Outubro de 2004, Montreal.

11 Jacques Ellul, “Ellul par lui-même”. Entrevistas com Willem H. Vanderburg. Ed. La table ronde, Paris 2008, p. 72.

outros em todos os lugares do mundo – mercados, oficinas, escolas, repartições, ruas ou praças públicas, vida doméstica, espaços de lazer etc. – são retirados da esfera econômica e transferidos para as esferas da moral, da psicologia ou da política. A única felicidade ainda esperada do consumo é separada da felicidade dos outros e da alegria comum”.¹²

Herman Daly mostrou, através do *Genuine Progress Indicator* (Índice de Progresso Genuíno), que, além de um determinado patamar, os custos do crescimento (despesas de reparação e compensação) eram superiores, em média, aos seus benefícios.¹³ Isso confirma a intuição de Ivan Illich de que “o índice de crescimento da frustração excede largamente o da produção”. Deparamo-nos com o sofisma da fórmula jornalística provocadora repetida pela maioria dos países em crescimento num momento ou noutro: “A economia vai bem, mas os cidadãos vão mal”. Assim, “o Japão vai bem, mas os japoneses nem tanto”, foi título do *Le Monde Économie* de 18 de novembro de 2003. Isso corresponde particularmente à atualidade da globalização, desde quando o famoso *trickle-down* do desenvolvimento (ou seja, o efeito de difusão ou de repercussão) se transformou em *trickle-up* (aumento das desigualdades).

Indo mais adiante, se tentarmos remontar do bem-estar à felicidade, as discrepâncias, desde que possam ser calculadas, são cruéis. Num livro notável intitulado *The loss of happiness in market democracies*, Robert E. Lane faz o inventário de todos os vieses teóricos possíveis da contabilidade para tentar calcular, apesar de tudo, a evolução da felicidade pessoal (*subjective well-being*) nas sociedades liberais. Sua conclusão é de que a progressão do nível material de vida, nos Estados Unidos, vem acompanhada por uma baixa indiscutível da felicidade real da maioria dos americanos. Tal baixa se deveria essencialmente à degradação efetiva das relações humanas fundamentais (o que Lane designa por *companionship*).¹⁴ Essa constatação é confirmada por muitas pesquisas de opinião sobre o bem-estar subjetivo, oposto ao muito possuir do PIB, as quais dão uma ideia sobre o assunto.

Nos últimos anos, uma ONG britânica, a *New Economics Foundation*, cruzando o resultado das pesquisas sobre o sentimento de bem-estar vivido, a expectativa de vida e a pegada ecológica, têm estabelecido um índice da felicidade (*Happy planet index*) que inverte tanto a ordem clássica dos PNB *per capita*

12 Arnaud Berthoud, *Une philosophie de la consommation. Agent économique et sujet moral*, Presses universitaires du Septentrion, Villeneuve d'Ascq, 2005, p. 38.

13 Fórmula do índice: consumo de mercadoria das famílias + serviços do trabalho doméstico + despesas públicas não defensivas – despesas privadas defensivas – custos das degradações do meio ambiente – depreciação do capital natural + formação de capital produtivo.

14 Robert E. Lane, *The loss of happiness in market democracies*, Yale University Press, 2000. Cf. Jean-Claude Michea, *Orwell éducateur*, Climats, 2003, p. 162.

como aquela do índice de desenvolvimento humano (IDH). Em 2006, vieram em primeiro lugar Vanuatu, Colômbia, Costa Rica, enquanto a França alcançou apenas a 131ª posição e os Estados Unidos, a 150ª. Em 2009, a classificação mostra a Costa Rica em primeiro lugar, seguida da República Dominicana, da Jamaica e da Guatemala. Os Estados Unidos alcançam apenas a 114ª posição.¹⁵ Esse paradoxo se explica porque a sociedade dita “desenvolvida” repousa na produção maciça do declínio, ou seja, da perda de valor e da degradação generalizada, tanto das mercadorias, que a aceleração do “descartável” transforma em resíduos, como dos homens, excluídos ou dispensados após o uso, desde o presidente e o gerente descartáveis de uma empresa até os desempregados, sem-tetos, mendigos e outros resíduos humanos.

A teologia empregava uma bela palavra para designar a situação daqueles a quem faltou a graça: derrelição. O italiano, mais religioso, faz um uso corrente laicizado dessa palavra e fala dos *disgraziati* (os infelizes). A economia de crescimento funciona pela derrelição e multiplica os *disgraziati*. De fato, numa sociedade de crescimento aqueles que não são *ganhadores*, *matadores*, são todos mais ou menos desvalidos ou mesmo rejeitados. De acordo com os dados estatísticos, mais de 3 milhões de pessoas dormem todas as noites embaixo das pontes ou nos parques nos Estados Unidos.¹⁶ A rigor, no término da concorrência e da guerra de todos contra todos, existe um único vencedor, logo, um único *challenger* potencialmente feliz, ainda que seu status, inevitavelmente precário, o condene aos horrores da ansiedade. Todo o resto é fadado aos tormentos da frustração, do ciúme e da inveja. É bastante simples, afinal, compreender por que nossa riqueza nos empobrece. Uma sociedade baseada na ganância e na competição produz fatalmente uma massa enorme de “perdedores” absolutos (aqueles entregues à própria sorte) e relativos (os resignados), portanto, uma massa de frustrados, que convivem com um pequeno grupo de predadores cada vez mais ansiosos para consolidar sua posição ou fortalecê-la. A assimilação do crescimento a uma elevação do bem-estar e, mais ainda, à felicidade é, segundo a expressão de Jean Baudrillard, “um extraordinário blefe coletivo [...] uma operação de magia branca”.¹⁷

2.3 O retorno do recalado: a economia civil da felicidade

Para superar essa falência, buscam-se novos índices que reatariam a felicidade original. Assim, com certo humor, o rei do Butão, retomando as palavras de Tinbergen, mas em sen-

15 Disponível em: <www.happyplanetindex.org>. Cf. Alessandra Retico, “Felicità. I nuovi paradisi non conoscono il PIL”, *La repubblica* du 8 juillet 2009.

16 Romain Huret, *L'Amérique pauvre*. Thierry Magnier, 2010, p. 64.

17 Jean Baudrillard, *La société de consommation*, ed. Denoël, 1970, p. 42.

tido oposto, inseriu na constituição o objetivo do crescimento da FNB (Felicidade Nacional Bruta). No mesmo sentido, vimos florescer todos os tipos de projetos de índices alternativos para “reconsiderar a riqueza” com recuperação política e midiática.¹⁸

O projeto de uma “economia” civil ou da felicidade desenvolvido, sobretudo, por um grupo de economistas italianos (representado principalmente por Stefano Zamagni, Luigino Bruni, Benedetto Gui, Stefano Bartolini e Leonardo Becchetti) vincula-se à tradição aristotélica e provém de uma crítica ao individualismo. A construção de uma economia dessa natureza ressuscita a *publica felicità* de Antonio Genovesi e da escola napolitana do século XVIII, que o triunfo da economia política escocesa recusou. A felicidade terrestre, enquanto se esperava a bem-aventurança prometida aos justos no além, engendrada por um bom governo (*buon governo*) que buscasse o bem comum, era o tema da reflexão do Iluminismo napolitano. Integrando ao mesmo tempo o mercado, a concorrência e a perseguição do seu interesse pessoal pelo sujeito de mercado, esse Iluminismo napolitano não repudiava a herança do thomismo. Esses teóricos da economia civil têm a plena consciência do “paradoxo da felicidade”, redescoberto pelo economista americano Richard Easterlin. Como escreveu Genovesi: “È legge dell’universo che non si puo’ far la nostra felicità senza far quella degli altri” (“É uma lei do universo não poder realizar nossa felicidade sem realizar aquela dos outros”). Foram necessários dois séculos de destruição frenética do planeta, graças à “boa governança” da mão invisível e do interesse individual erigido em divindade, para redescobrir essas verdades elementares.¹⁹

Toda a economia moderna teria sido construída para evitar “a ferida do outro”. Contra o risco ou o horror comunitário, a modernidade desenvolveu um projeto “imunitário”. O projeto smithiano repousa, de fato, no *immunitas* do mercado, contra a *communitas*. A benevolência então sobrevive somente como último recurso do capitalismo compassivo. Aquela a que, no pensamento de Smith, só o mendigo recorre “se assemelha mais ao *munus* de que fala Marcel Mauss (um dom que expressa e reforça uma assimetria de poder e de status nas relações sociais que obriga aquele que o recebe a devolver em troca) do que ao dom como expressão de gratuidade e liberdade recíproca”.²⁰ Smith reconhece que “no que diz respeito à felicidade real (*vera felicità*) da vida humana, os pobres não são em nada inferiores àqueles que parecem estar tão acima deles”, mas a economia

18 Patrick Viveret, *Reconsidérer la richesse. L’aube/nord*, 2003.

19 Transformadas em linguagem científica graças a testes experimentais. Valeram até mesmo um prêmio Nobel (2004) de economia para Daniel Kahneman. Evidenciando um *treadmill effect* (efeito de esteira rolante), este cientista mostrou que o aumento da renda exigia a busca contínua de novos consumos para manter o mesmo nível de satisfação.

20 *Ibid.* p. 42.

que ele inaugura não fala da felicidade. No mundo da economia, até pouco tempo atrás, era até mesmo inconveniente falar da felicidade, principalmente na França. Como afirma Ellul, “o bem-estar adquiriu pouco a pouco tamanha importância que somos tentados a minimizar a felicidade, noção vaga, incerta, complexa, que comporta um arcaísmo de subjetividades lamentáveis e de sentimentalismo romântico. Sociólogos e economistas de hoje preferem de longe lidar com o bem-estar (padrão de vida, estilo de vida etc.), que pode ser delimitado, analisado e, a rigor, quantificado”.²¹ Esta é uma das razões pelas quais a sugestão de Tinbergen não foi considerada, e não pela impostura que haveria em identificar “bem-possuir” e bem-estar. A tentativa de Philippe d'Iribarne e do Centro de Estudos e de Pesquisas em Economia do Bem-estar – Cerebe, nos anos 1970, de incluir a felicidade numa avaliação econômica não teve uma evolução significativa e, alguns anos depois, a empreitada foi abandonada.²²

De maneira bastante lógica, os teóricos da economia da felicidade conseguem reabilitar uma determinada forma de sobriedade que vai ao encontro das ideias do movimento da simplicidade voluntária.²³ Essa economia civil da alegria de viver reflete muito a visão de uma sociedade de decrescimento. No entanto, ela veicula uma dupla ambiguidade. Por um lado, ela deixa sobreviver o corpo moribundo daquilo que pretende abolir, a economia como racionalidade calculadora, por outro, abolindo a fronteira entre o econômico e o não econômico, ela mantém aberto, provavelmente sem perceber, o caminho para um paneconomicismo ainda mais invasor do que aquele que pretende combater.²⁴ Tentar incluir o incalculável no cálculo leva obviamente a um impasse. Castoriadis sempre dizia preferir

21 Jacques Ellul, *Métamorphose du bourgeois*, op. cit., p. 93.

22 Os italianos falam mais comumente de felicità. E, paradoxalmente, os anglo-saxões também. Todavia, o *happyness* é concebido como um “subjective well-being” (Lane), enquanto o *bonheur* em francês implica uma superação do individualismo que põe em xeque o paradigma da economia.

23 “Estou convencido de que não há felicidade – escreve Bruni – sem certa forma de pobreza (entendida como libertar-se por si mesmo das mercadorias, do poder...) livremente escolhida: essa pobreza é uma dessas feridas às quais está vinculada uma benção” (idem, *ibidem*, p. 179). Entretanto, essa autoalimentação, por ter algum impacto, não deve ser apenas uma escolha individual, mas sim um projeto coletivo.

24 Como afirmam Jean-Gadrey e Floreane Jany-Catrice, “não nos entusiasma a ideia de que, para poder ser ouvido, quando se defende uma visão não estritamente econômica da riqueza e do progresso, seja obrigatoriamente necessário passar pela valorização econômica de todas as variáveis não econômicas. Pode-se ver nisso uma contradição nos termos que marcaria a vitória definitiva da economia como valor supremo e única justificação credível das ações a favor da justiça, do laço social ou do meio ambiente. Justificar o voluntariado, ou seja, o dom, e sua contribuição societal por um valor monetário, isto é, queiramos ou não, por uma referência ao mercado, seria uma incrível confissão de impotência para fazer prevalecer outros valores além daqueles da economia de mercado” (Jean-Gadrey; Florence Jany-Catrice, *Les nouveaux indicateurs de richesse*. La découverte/Repères 2005, p. 49).

adquirir um novo amigo a um novo automóvel. Sim, mas quanto vale um novo amigo?²⁵ É por isso que os economistas da escola da felicidade têm dificuldade de serem considerados pelos *verdadeiros* economistas.

É certamente necessário percorrer em sentido inverso o caminho do econômico, que nos fez passar da felicidade, forma terrestre da beatitude, ao produto interno bruto *per capita*, através da redução do bem-estar vivido ao bem-possuir estatístico calculado pela quantidade de bens mercantis consumidos individualmente, sem se preocupar com os outros nem com a natureza. Todavia, essa metanoia (regressão/arrependimento) não deve parar no meio do caminho e deixar perdurar o mito do progresso indefinido. Resgatar o sentido da medida não seria, em primeiro lugar, sair da obsessão do mensurável e dizer adeus à economia para reaver o social? Mais consequentes que os economistas heterodoxos sobre o fato de que o que conta não se conta, os ameríndios da Bolívia e do Equador inseriram simplesmente como objetivo em sua nova Constituição o *Su-mak Kawsay*, termo que, em quéchua, significa *Buen vivir* ou bem-viver.

3 A felicidade reencontrada na frugalidade convivial

Encontrar ou reencontrar a felicidade é uma aspiração mais do que nunca compartilhada. A falência do alcance desse objetivo pela sociedade de crescimento obriga a redefini-lo. A redefinição da felicidade como “abundância frugal numa sociedade solidária” corresponde à ruptura concebida pelo projeto do decrescimento. Ela pressupõe sair do círculo infernal da criação ilimitada de necessidades e produtos e da frustração crescente que esse círculo gera, atenuando, de maneira complementar, o egoísmo resultante de um individualismo reduzido a uma massificação uniformizadora. A primeira parte se realiza pela autolimitação para alcançar a abundância frugal; a segunda, pela reabilitação do espírito do dom e pela promoção da convivialidade.

A transformação exigida pela construção de uma sociedade autônoma de decrescimento pode ser representada pela articulação sistemática e ambiciosa de oito mudanças interdependentes que se reforçam mutuamente, por um “círculo virtuoso” de sobriedade escolhida representado em oito “R”: Reavaliar, Reconceituar, Reestruturar, Relocalizar, Redistribuir, Reduzir, Reutilizar, Reciclar. Esses objetivos nos parecem capazes de

25 “Digamos as coisas com maior clareza: o preço a pagar pela liberdade é a destruição do econômico como valor central e, na verdade, único. Será um preço tão elevado? Para mim, certamente não: prefiro infinitamente ter um novo amigo a um novo automóvel. Preferência subjetiva, com certeza. E ‘objetivamente’? Deixo aos filósofos políticos a tarefa de ‘fundar’ o (pseudo) consumo como valor supremo” (Cornelius Castoriadis, *Démocratie et relativisme. Débat avec le MAUSS*, Mille et une nuits, Paris, 2010).

desencadear uma dinâmica de decrescimento sereno, convivial e sustentável.

3.1 *A autolimitação das necessidades e a abundância frugal*

A análise daquilo que alguns denominaram a “escola” do pós-desenvolvimento, de onde saíram os “defensores” do decrescimento ou “objeto do crescimento”, distingue-se das análises e das posições de outras críticas contemporâneas à economia globalizada (movimento alterglobalista, movimento antiutilitarista ou economia solidária) e das propostas individuais de mudança, como o movimento da simplicidade voluntária, no sentido de que, em sua concepção, no cerne do problema não está o neoliberalismo nem o ultraliberalismo, tampouco aquilo que Karl Polanyi chamava de economia formal, ou seja, o universo do mercado, e sim a lógica de crescimento tida como *essência* da economicidade. Nesse sentido, o projeto é radical. Não se trata de substituir uma “má economia” por uma “boa economia”, um mau crescimento ou um mau desenvolvimento por *bons*, pintando-os de verde ou com as cores do social ou do justo, com uma dose maior ou menor de regulação estatal ou de hibridação pela lógica do dom e da solidariedade. Trata-se – nada mais nada menos – de *sair* da economia. Essa fórmula é geralmente incompreendida, pois nossos contemporâneos têm dificuldade de tomar consciência de que a economia é uma religião. A rigor, quando dizemos que deveríamos falar de acrescimento, assim como falamos de ateísmo, é exatamente a isso que nos referimos. Tornarmo-nos ateus do crescimento e da economia.

Evidentemente, como todas as sociedades – inclusive as sociedades animais –, uma sociedade de decrescimento deve metabolizar-se com seu meio ambiente. Ela deverá organizar a produção de sua vida, isto é, utilizar racionalmente os recursos de seu meio ambiente e consumi-los através dos bens materiais e dos serviços, mas um pouco como aquelas sociedades de abundância da Idade da Pedra descritas por Marshall Sahlins, que nunca entraram no econômico.²⁶ Ela não o fará dentro da armadura de ferro da escassez, das necessidades, do cálculo econômico e do *homo oeconomicus*. Essas bases imaginárias da instituição da economia devem ser postas em xeque. Como bem observou Baudrillard em seu tempo, “uma das contradições do crescimento é o fato de que ele produz ao mesmo tempo bens e necessidades, mas não no mesmo ritmo”. O resultado disso é o que Baudrillard chama de “pauperização

26 “Nas sociedades tradicionais [...] estruturalmente, a economia não existe”. Marshall Sahlins, *Age de pierre, âge d'abondance. L'économie des sociétés primitives* (1972). Gallimard, 1976, p. 118. “Não há nada que se pareça com uma economia na realidade externa até o momento em que construímos tal objeto”. Louis Dumont, *Homo aequalis*. Gallimard, 1977, p. 33.

psicológica”, um estado de insatisfação generalizada, que, seguindo ele, “define a sociedade de crescimento como o contrário de uma sociedade de abundância”.²⁷ A frugalidade reencontrada permite reconstruir uma sociedade de abundância com base naquilo que Ivan Illich chamava de “subsistência moderna”. Em outras palavras, “o modo de vida numa economia pós-industrial no seio da qual as pessoas tenham conseguido reduzir sua dependência em relação ao mercado, e tenham conseguido isso protegendo – por meios políticos – uma infraestrutura em que as técnicas e as ferramentas sirvam essencialmente para criar valores de uso não quantificados e não quantificáveis pelos fabricantes profissionais de necessidades”.²⁸ É preciso sair do imaginário do desenvolvimento e do crescimento e reinserir o campo econômico no social por uma *Aufhebung* (abolição/superação).

Sair do imaginário econômico, contudo, implica rupturas bem concretas. Será preciso estabelecer regras que enquadrem e limitem o desvario da ganância dos agentes (busca de lucro, do cada vez mais): protecionismo ecológico e social, legislação trabalhista, limitação da dimensão das empresas etc. E, em primeiro lugar, a “desmercantilização” das três mercadorias *fictícias* que são o trabalho, a terra e a moeda. Sabe-se que Karl Polanyi via na transformação forçada desses três pilares da vida social em mercadoria o momento fundador do mercado autorregulador. Sua retirada do mercado globalizado marcaria o ponto de partida de uma reincorporação/reinserção do econômico no social. Paralelamente a uma luta contra o espírito do capitalismo, caberia então favorecer os empreendimentos mistos em que o espírito do dom e a busca da justiça atenuassem a aspereza do mercado. É claro que, a partir do estado atual para alcançar a “abundância frugal”, a transição implica regulações e hibridações, razão pela qual as propostas concretas dos alterglobalistas, dos adeptos da economia solidária e até mesmo daqueles que exortam a simplicidade voluntária podem receber um total apoio dos defensores do decrescimento. Se o rigor teórico (a ética da convicção de Max Weber) exclui os conluios do pensamento, o realismo político (a ética da responsabilidade) pressupõe estabelecer compromissos para a ação. A concepção da utopia concreta da construção de uma sociedade de decrescimento é revolucionária, mas o programa de transição para chegar a ela é necessariamente reformista.²⁹ Muitas

27 Jean Baudrillard, op. cit. p. 83-87.

28 Ivan Illich, *Le chômage créateur*, Le Seuil, 1977, p. 87/88.

29 Neste sentido, compartilhamos o ponto de vista de Arne Naess: “Reforma ou revolução? Concebo uma mudança de dimensões e profundidade revolucionária por intermédio de um grande número de pequenos avanços numa direção radicalmente nova. Será que isso me coloca essencialmente do lado dos reformistas políticos? Dificilmente. *A direção é revolucionária, o caminho é o da reforma*” (Arne Naess, *Écologie, communauté et style de vie*, éd. MF, 2008, p. 231).

propostas “alternativas” que não reivindicam explicitamente o decrescimento podem muito bem então encontrar aí seu lugar.

3.2 O lugar da convivialidade e o espírito do dom

Um elemento importante para sair das aporias da superação da modernidade é a convivialidade. Do mesmo modo que ataca a reciclagem dos resíduos materiais, o decrescimento deve interessar-se pela reabilitação dos rejeitados. Se o melhor resíduo é aquele que não é produzido, o melhor rejeitado é aquele que a sociedade não rejeita. Uma sociedade *decente* ou convivial não produz excluídos.

A convivialidade, termo que Ivan Illich toma emprestado a Brillat Savarin, o grande gastrônomo francês do século XVIII (*La physiologie du goût. Méditations de gastronomie transcendante*), visa justamente tecer novamente o laço social desfeito pelo “horror econômico” (Rimbaud). A convivialidade reintroduz o espírito do dom nas relações sociais, ao lado da lei da selva, restabelecendo assim a *philia* (a amizade) aristotélica, mantendo ao mesmo tempo o espírito da *ágape* cristã.³⁰ Essa preocupação vai perfeitamente ao encontro da intuição de Marcel Mauss, que, em seu artigo “Appréciation sociologique du bolchevisme” (1924), “correndo o risco de parecer retrógrado e de dizer banalidades”, advoga em favor de retornar “aos velhos conceitos gregos e latinos de *caritas*, que hoje traduzimos tão mal por caridade, de *philia*, de *koinomia*, dessa ‘amizade’ necessária, dessa ‘comunidade’ que são a delicada essência da cidade”.³¹

É importante também conjurar a rivalidade mimética e a inveja destrutiva que ameaçam qualquer sociedade democrática. Na sociedade moderna, com efeito, a justiça é necessária e improvável ao mesmo tempo. Necessária para evitar a guerra de todos contra todos que o desaparecimento dos laços tradicionais provocaria. Improvável porque supõe a igualdade, impossível ela mesma, e um mundo comum destruído pela fantasia da liberdade sem limites. É por isso que o espírito do dom e sua graça são necessários a uma sociedade de decrescimento para que seja convivial. Uma justiça puramente formal, mesmo quando funciona bem, resolve os conflitos entre os indivíduos, mas enclausura os átomos sociais no deserto de sua solidão sem remediar as situações de miséria material e moral decorrentes, em particular, dos conflitos de classe.

O espírito do dom, essencial à construção de uma sociedade de decrescimento, está presente, na verdade, em cada um dos oito “R” que formam o círculo virtuoso proposto para instau-

30 A este respeito, cf. o belo livro de Luigino Bruni, *L'ethos del mercato. Un'introduzione ai fondamenti antropologici e relazionali dell'economia*, Bruno Mondadori, Milano-Torino, 2010.

31 Aqui, citado por Philippe Chanial, in: *La délicate essence du socialisme. L'association, l'individu et la République*, Le bord de l'eau, 2009, p. 35.

rar a utopia concreta da sociedade autônoma. Principalmente no primeiro “R”, reavaliar, uma vez que se trata de substituir os valores da sociedade mercantil – a concorrência exacerbada, o cada um por si, o acúmulo sem limites – e a mentalidade predadora nas relações com a natureza pelos valores de altruísmo, reciprocidade e respeito ao meio ambiente. O mito do inferno com garfos gigantes, que inicia a segunda parte do livro *Le pari de la décroissance*, explicita esse ponto:³² a abundância combinada com o cada um por si gera miséria, enquanto o compartilhamento, mesmo na frugalidade, leva à satisfação de todos ou até mesmo à alegria de viver.³³

O segundo “R”, reconceituar, por sua vez, insiste na necessidade de repensar a riqueza e a pobreza. A “verdadeira” riqueza é feita de bens relacionais, precisamente daqueles que se baseiam na reciprocidade e na não rivalidade, no saber, no amor, na amizade. Inversamente, a miséria é antes de tudo psíquica e resulta do abandono dentro da “multidão solitária”, pela qual a modernidade substituiu a comunidade solidária. Como observa com pertinência Arnaud Berthoud, “quando o consumidor encontra sua felicidade no uso dos seus semelhantes tanto quanto no uso das coisas, sua fruição se refrata, como um feixe de luz, de espelho em espelho, e a felicidade se multiplica no compartilhamento”.³⁴

O acesso ao dom, no projeto do decrescimento, se dá primeiramente pela dívida. Dívida ecológica que tem o alto peso da necessidade de sair da sociedade de crescimento. É indispensável reduzir o peso de nosso modo de vida sobre a biosfera, a pegada ecológica, cujo excesso é uma dívida não só para com as futuras gerações e todo o cosmos, mas também para com os povos do Sul. Portanto, é a obrigação de devolver que está no centro da maioria dos outros “R”: redistribuir, reduzir, reutilizar, reciclar. Redistribuir remete à ética do compartilhamento; Reduzir (sua pegada ecológica), à recusa da predação e da apropriação; Reutilizar, ao respeito pelo dom recebido; e Reciclar, à necessidade de restituir à natureza e à Gaia aquilo que lhes foi tomado.

No pano de fundo filosófico, encontramos o primado do dom, mas de um dom pouco explicitado na literatura tradicional sobre o tema: o dom do ser. A economia e a modernidade são criticadas e denunciadas no decrescimento porque funda-

32 Cf. *Le pari de la décroissance* (Fayard, 2006), capítulo seis.

33 A perspectiva do care elaborada pelas feministas em reação à impostura da dominação exclusiva da “preocupação consigo mesmo” na sociedade moderna vai perfeitamente ao encontro da revolução ética reclamada pelo decrescimento. Assim, para J.C. Tronto, ela requer “conciliar suas próprias necessidades com aquelas dos outros, equilibrar a competição com a cooperação”. Citado por Alice le Goff, *Care, Empathie et justice*, Revue du MAUSS, n. 33, 1o semestre de 2009, p. 360.

34 Arnaud Berthoud, *Une philosophie de la consommation. Agent économique et sujet moral*. Presses universitaires du Septentrion, Villeneuve d'Ascq, 2005, p. 91.

mentalmente são uma denegação do dom do ser. Instituindo a escassez para comercializar a fecundidade da natureza e recusando-se a considerar o “reverso” da produção mercantil, isto é, os resíduos, a poluição, a destruição do meio ambiente, o abalo dos equilíbrios ecossistêmicos, a sociedade de crescimento demonstra um “esquecimento” do ser. É negada assim nossa situação num mundo ao mesmo tempo generoso e limitado em que somos destinados a viver em simbiose com as outras espécies vegetais e animais sem pretender nos libertarmos dele. A arrogância insensata de uma artificialização do mundo, demonstrada pelas perspectivas de trans-humanidade nos projetos de convergência das nanotecnologias, das biotecnologias e das tecnologias da comunicação, manifesta uma recusa de nossa condição humana no fundamento da sociedade de crescimento. Para não estar em dívida com Deus ou com a natureza, rejeitamos o dom.

4 Conclusão – o Tao do decrescimento

O caminho é o Tao de Lao Tse, é o Do do zen japonês, mas é também o Dharma dos hindus e o *ethos* de Aristóteles. É um caminho a inventar com a ajuda de um mestre que talvez não exista. O caminho para o decrescimento é o retorno da sabedoria e o caminho para a sabedoria não é aquele da razão racional.

O caminho para o decrescimento é uma abertura, um convite para encontrar outro mundo possível. Esse outro mundo, nós o chamamos de sociedade do decrescimento. O convite vale para viver neste mundo, aqui e agora, e não somente num futuro hipotético que, provavelmente, por mais desejável que seja, jamais conheceremos. Esse outro mundo está também neste mundo. Também está em nós. O caminho é também um olhar, outro olhar lançado sobre este mundo, outro olhar sobre nós mesmos.

Será o caminho para o decrescimento a rota da felicidade? O caminho para o decrescimento, em todo caso, é uma saída para a degradação completa engendrada pela sociedade de crescimento. Um caminho para a saída, para o resgate da autoestima. É o caminho para reconstruir uma sociedade decente no sentido de Orwell.

Construir uma sociedade ecossocialista mais justa e mais democrática, uma sociedade de abundância frugal baseada na autolimitação das necessidades, eis o programa do decrescimento. Como o consentimento ao ser não é uma submissão ao sendo, é na resistência ao consumismo cúmplice da banalidade econômica do mal que o objetor de crescimento inventa outra felicidade. O decrescimento será feliz ou não será! A crise de civilização que atravessamos talvez nos ofereça a oportunidade de tomar esse caminho.

TEMAS DOS CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – Dr. José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Dra. Edla Eggert
O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo – MS Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Jornalista Sonia Montaña
- N. 04 *Ernani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Prof. Dr. Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Dr. Manfred Zeuch
- N. 06 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Prof. Dr. Renato Janine Ribeiro
- N. 07 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Profa. Dra. Suzana Klipp
- N. 08 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Profa. Dra. Márcia Lopes Duarte
- N. 09 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Prof. Dr. Valério Cruz Brittos
- N. 10 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Prof. Dr. Édison Luis Gastaldo
- N. 11 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Profa. Dra. Márcia Tiburi
- N. 12 *A domesticação do exótico* – Profa. Dra. Paula Caleffi
- N. 13 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Profa. Dra. Edla Eggert
- N. 14 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Prof. Dr. Gunter Axt
- N. 15 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Profa. Dra. Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Profa. Dra. Débora Krischke Leitão
- N. 17 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 18 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Profa. Dra. Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Profa. Dra. Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Prof. Dr. Oswaldo Giacóia Junior
- N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Profa. Dra. Lucilda Selli
- N. 22 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Prof. Dr. Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Prof. Dr. Valério Rohden
- N. 24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Profa. Dra. Miriam Rossini
- N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Profa. Dra. Nísia Martins do Rosário
- N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – MS Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 27 *O modo de objetivação jornalística* – Profa. Dra. Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Prof. Dr. Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS* – Prof. MS José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Prof. Dr. Juremir Machado da Silva
- N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – Prof. Dr. André Gorz
- N. 32 *À meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades* – Prof. Dr. André Sidnei Musskopf
- N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Prof. MS Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Prof. Dr. Marco Aurélio Santana
- N. 35 *Adam Smith: filósofo e economista* – Profa. Dra. Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 36 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Prof. Dr. Airtton Luiz Jungblut
- N. 37 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Prof. Dr. Fernando Ferrari Filho
- N. 38 *Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Prof. Dr. Luiz Mott
- N. 39 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Prof. Dr. Gentil Corazza
- N. 40 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – MS Adriana Braga
- N. 41 *A (ant)filosofia de Karl Marx* – Profa. Dra. Leda Maria Paulani
- N. 42 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Prof. Dr. Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva & Samuel McGinity
- N. 44 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Prof. Dr. Gérard Donnadieu
- N. 45 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Prof. Dr. Lothar Schäfer
- N. 46 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Profa. Dra. Ceres Karam Brum

- N. 47 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Prof. Dr. Achyles Barcelos da Costa
- N. 48 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Prof. Dr. Gérard Donnadieu
- N. 49 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Prof. Dr. Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Prof. Dr. Evilázio Teixeira
- N. 51 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Éilda Azevedo Hennington & Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 *Ética e emoções morais* – Prof. Dr. Thomas Kesselring/Juizos ou emoções: de quem é a primazia na moral? – Prof. Dr. Adriano Naves de Brito
- N. 53 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 54 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – Profa. Dra. An Vranckx
- N. 55 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Prof. Dr. Gilberto Dupas
- N. 56 *O decrescimento como condição de uma sociedade convívial* – Prof. Dr. Serge Latouche
- N. 57 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Prof. Dr. Günter Küppers
- N. 58 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Dra. Hazel Henderson
- N. 59 *Globalização – mas como?* – Profa. Dra. Karen Gloy
- N. 60 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – MS Cesar Sanson
- N. 61 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Verissimo* – Profa. Dra. Regina Zilberman
- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Prof. Dr. Fernando Lang da Silveira e Prof. Dr. Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Addressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Prof. Dr. Artur Cesar Isaia
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Profa. Dra. Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Profa. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – Prof. Dr. João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Prof. Dr. Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Profa. Dra. Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Profa. Dra. Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Prof. Dr. Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Prof. MS Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campepinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Profa. Dra. Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Prof. Dr. Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Prof. Dr. Octavio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Prof. Dr. Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território* – Prof. Dr. Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Profa. Dra. Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Prof. Dr. Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Prof. Dr. Alfredo Culleton & Prof. Dr. Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Prof. Dr. Attico Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Profa. Dra. Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Prof. Dr. Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Profa. Dra. Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Prof. Dr. Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Prof. Dr. Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Profa. Dra. Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Prof. Dr. Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Prof. Dr. Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – MS Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnologia* – Prof. Dr. Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – MS Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Profa. Dra. Marinês Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – MS Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Dra. Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Prof. Dr. Valerio Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Prof. Dr. Roberto Camps Moraes

- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – MS Adriano Premebida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Profa. Dra. Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Prof. Dr. Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Prof. MS Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Profa. Dra. Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Profa. Dra. Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, terno e democrático?* – Prof. Dr. Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Prof. Dr. Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Prof. Dr. Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – MS Sonia Montañó
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Prof. MS Carlos Daniel Baioto
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques & Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral & Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói* – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet & Selma Rodrigues Pettele
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins
- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira & Ederson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Niklass Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke & Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greyce Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge & Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasserman

- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'yikue no município de Caarapó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perroux Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero



Serge Latouche é economista, sociólogo, antropólogo e professor emérito de Ciências Econômicas na Universidade de Paris-Sul (1984). É presidente da Associação dos Amigos da Entropia e presidente de honra da Associação Linha do Horizonte. É doutor em Filosofia, pela Universidade de Lille III (1975), e em Ciências Econômicas, pela Universidade de Paris (1966), diplomado em Estudos Superiores em Ciências Políticas pela Universidade de Paris (1963). Latouche é um dos

históricos contribuidores da revista do movimento intitulado M.A.U.S.S. (sigla para Movimento AntiUtilitarista nas Ciências Sociais), além de ser professor emérito também da Faculdade de Direito, Economia e Gestão Jean Monnet (Paris-Sul), no Instituto de Estudos do Desenvolvimento Econômico e Social (IEDs) de Paris.

Algumas publicações do autor

LATOUCHE, Serge. “Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?”. In: *Cadernos IHU ideias*, ano 10, n. 164, São Leopoldo, 2012.

_____. *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. “O decrescimento como condição de uma sociedade convivial”. In: *Cadernos IHU ideias*, ano 4, n. 56, São Leopoldo, 2006.

_____. *Os perigos do mercado planetário*. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

_____. *A ocidentalização do mundo: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária*. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. *Análise econômica e materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.